RESUMO EXPANDIDO (PARA ASSOCIADOS AKB) / EXTENDED ABSTRACTS (AKB MEMBERS) - ÁREA 3. MÉTODO, TEORIAS ECONÔMICAS HETERODOXAS E HISTÓRIA ECONÔMICA

AS POLÍTICAS FISCAIS DE KEYNES E KALECKI SOB UMA PERSPECTIVA SISTÊMICA: COMPLEMENTARIDADES, DIVERGÊNCIAS E ELEMENTOS DE MEDIAÇÃO ANALÍTICA

Fernando José Brandão Silva (f197007@dac.unicamp.br)

As obras seminais de John Maynard Keynes (A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda) e de Michal Kalecki (Teoria da Dinâmica Econômica) representam, sem dúvidas, dois dos mais importantes marcos intelectuais da reflexão sobre política econômica e o papel do Estado na economia capitalista. Ambos os autores tiveram influência decisiva sobre correntes de pensamento contemporâneas importantes, especialmente no campo da economia heterodoxa, onde abordagens pós-keynesianas, neo-kaleckianas, pós-kaleckianas, estruturalistas, regulacionistas, neo-ricardianas, dentre tantas outras, remetem seus princípios fundamentais de análise ao legado intelectual desses autores.

Suas proposições teóricas são comumente lembradas, em particular, pela importância que conferem ao emprego ativo da política fiscal, especialmente do gasto público, na promoção da estabilidade macroeconômica. O contraste em relação às teorias convencionais que, apoiadas no conceito de expectativas racionais e na abordagem do “ciclo real de negócios”, entendem a dinâmica econômica como sendo essencialmente determinada pelos fundamentos “reais” da economia refletidos em suas

condições de oferta, é imediatamente evidente, especialmente no que se refere ao papel que tais abordagens conferem à política fiscal. Na perspectiva de boa parte do mainstream econômico, essa modalidade de política econômica ainda deveria assumir um papel meramente passivo.

Mas a importância de Keynes e Kalecki vai além da influência intelectual e acadêmica de suas obras ou da natureza "revolucionária" de suas abordagens. Seu legado – especialmente o de Keynes – manifesta-se também no campo da "aplicação prática", na formulação e implementação de estratégias de política econômica. Nesse sentido, particularmente notável é a percepção difundida entre leigos e setores da academia de que as três primeiras décadas do pós-Segunda Guerra Mundial representaram o "auge" da popularidade das políticas econômicas de inspiração keynesiana.

Nesse ano que marca o 90º aniversário da publicação da Teoria Geral de J. M. Keynes, propomos revisitar a abordagem teórica e as proposições de ordem prática advogadas por este autor e por seu contemporâneo, M. Kalecki, no que se refere à gestão da política fiscal. O problema com que esta pesquisa se ocupa consiste em estabelecer, de forma clara, os princípios teóricos que fundamentam as propostas de ambos, suas divergências e complementaridades, bem como identificar eventuais lacunas teóricas para o estabelecimento de uma compreensão mais completa e, mesmo, sistêmica em relação à forma com que a política fiscal se articula à dinâmica mais ampla do processo de acumulação capitalista. Em suma, trata-se de revisitar os escritos de ambos os autores sobre a política fiscal e identificar tanto a relação existente entre suas teses quanto aspectos potencialmente relevantes do ponto de vista da articulação dessas políticas à dinâmica capitalista.

A visão que permeia toda essa pesquisa concebe as teorias desenvolvidas por Keynes e por Kalecki como essencialmente complementares entre si, fundadas em uma mesma concepção teórica cuja base é o chamado "princípio da demanda efetiva", e compatíveis com a noção de que a economia capitalista deve ser entendida como uma "economia monetária de produção". Não obstante, também se concede que divergências não desprezíveis entre suas abordagens existem, em certa medida (mas não unicamente) pelo fato de terem partido de tradições teóricas completamente distintas – neoclássica marshalliana no caso de Keynes, e marxista no caso de Kalecki.

Em concordância com a perspectiva tomada, elege-se como objetivo deste trabalho a elaboração de uma proposta de síntese das abordagens

desses dois autores em relação à política fiscal. O termo “síntese” aqui empregado não deve ser confundido com mera “soma” das propostas de Keynes e Kalecki, mas entendido como produto de uma interpretação própria elaborada a partir dos argumentos que estes autores e seus intérpretes apresentaram, e com base também em um outro conjunto de desenvolvimentos teóricos, considerados elementos de mediação fundamentais para a análise da política fiscal em contextos econômicos concretos. Em particular, considera-se necessário incorporar as teses da instabilidade financeira e do ciclo de crédito de Minsky (2008), bem como as análises de Perez (2010) sobre como os paradigmas tecno-econômicos moldam a dinâmica econômica.

Com vistas à consecução desse objetivo, emprega-se uma metodologia baseada em extensa revisão bibliográfica das teses e propostas originais de Keynes e Kalecki – apoiando-se, inclusive, nos trabalhos de autores que se propuseram a interpretá-los – combinada a uma análise histórica da política fiscal praticada nas diversas economias capitalistas. Em relação a esse último ponto, visando delimitar melhor o escopo desta pesquisa, optou-se por referir a análise a um período histórico particular: os chamados “30 anos gloriosos” do imediato pós-Segunda Guerra Mundial, associados à operação do regime de acumulação fordista e à ordem internacional de Bretton Woods.

Como já mencionado, esse é um período que a literatura comumente associa à forte influência do pensamento “keynesiano”, especialmente entre a burocracia estatal, e à implementação de políticas econômicas apoiadas na ideia de que o Estado deve assumir um papel ativo na promoção do desenvolvimento e da estabilidade econômica (ver por exemplo Hall, 1989).

Evidentemente, por uma questão de espaço, a extensão dessa análise também se limita a um conjunto determinado de experiências nacionais: as das principais economias centrais da época, nominalmente, EUA, Reino Unido, Alemanha e Japão. Breves comentários também são tecidos em relação à economia brasileira do pós-guerra, que constitui um caso bastante ilustrativo de política fiscal de inspiração keynesiana sob condições periféricas.

Vale salientar que no âmbito desse esforço de reflexão onde atenção especial é conferida à política fiscal, as políticas monetária e creditícia também são amplamente consideradas tendo em vista seus reflexos tanto diretos quanto indiretos sobre a dimensão fiscal. Portanto, na perspectiva adotada neste estudo, não se considera prudente falar de política fiscal sem menção às políticas monetária e creditícia.

Dessa forma, foi possível tecer considerações teóricas relativas à condução da política fiscal que expressam, de forma clara, consistente e (principalmente) de maneira integrada, as propostas avançadas originalmente por Keynes e Kalecki. Nesse sentido, argumentamos que é o gasto público, e não o déficit nominal ou primário, a variável-chave da política fiscal; que o recurso a déficits fiscais não configura condição necessária à manutenção do pleno emprego e da estabilidade macroeconômica; que o "tamanho" do Estado em relação ao conjunto da economia configura, por si só, um importante meio de promoção da estabilidade e, consequentemente, do crescimento econômico, desde que as atividades públicas não ocupem espaços que possam interessar à valorização do capital privado (o que levaria ao crowding-out do investimento); que, além disso, é importante operar uma distinção entre medidas fiscais de caráter "estrutural", relativas ao "tamanho" do Estado e associadas a despesas de natureza relativamente permanente, cujo financiamento deve depender prioritariamente da arrecadação tributária e da venda de títulos de longo prazo, e medidas de caráter "cíclico", de natureza mais flexível, que devem atuar no curto-prazo por meio da emissão ou da liquidação de títulos de dívida de prazos mais curtos.

Questiona-se também a eficácia de medidas fiscais destinadas a aumentar a rentabilidade do capital produtivo, mas que não garantem um volume necessariamente maior de gastos voltados à aquisição de bens reprodutíveis. Por fim, é argumentado que a configuração da ordem econômica internacional – sobretudo seu arranjo monetário-financeiro – constitui o principal fator condicionante da autonomia das políticas fiscais domésticas.

A abordagem de política fiscal assim desenvolvida também se propõe compatível com uma determinada visão sistêmica da economia capitalista, na medida em que integra elementos mediadores que influem de maneira importante sobre os mecanismos de transmissão da política fiscal, como os ciclos de crédito endógenos e o grau de maturidade alcançado pelos paradigmas tecno-econômicos. A análise das experiências econômicas nacionais do período pós-guerra foi sugerida justamente com o intuito de ilustrar a importância de se levar em conta tais fatores de mediação em análises da gestão fiscal.

Por fim, ao situarmos em seu devido contexto sistêmico a condução da política fiscal e os resultados alcançados durante o período da ordem internacional de Bretton Woods, tornou-se possível conceber uma visão mais nuançada e menos determinística dos efeitos associados a essa forma de

intervenção sobre o domínio econômico. Tal perspectiva permite enriquecer o debate teórico ao evidenciar que a validade de determinadas abordagens sobre esse tema está condicionada a pressupostos sistêmicos específicos, superando generalizações abstratas.

REFERÊNCIAS

HALL, P. A. The political power of economic ideas: keynesianism across nations. Princeton: Princeton University, 1989.

KALECKI, M. Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. São Paulo: Nova Cultural, 1977.

KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MINSKY, H. P. Stabilizing an unstable economy. New York: McGrall-Hill, 2008.

PEREZ, C. Technological revolutions and techno-economic paradigms. Cambridge Journal of Economics, Cambridge, v. 34, n. 1, p. 185–202, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1093/cje/bep051. Acesso em: 10 maio 2026.

Palavras-chave: política fiscal; keynes; kalecki; fordismo; sistema monetário-financeiro internacional; regime de acumulação.